

JULGAMENTO

LICITAÇÃO Nº 90024/2024

PROCESSO Nº 23105.039367/2024-26

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Laboratoriais Médico me Patologia (EMP) para o Laboratório de Patologia do Departamento de Patologia e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (LP/DPML/FM-UFAM).

RECORRENTE: CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA

RECORRIDA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Em 21 de novembro de 2024, esta pregoeira realizou análise o Recurso Administrativo interposto pelas empresas CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA em face da decisão que aceitou e habilitou a empresa DNEDX COMERCIO E SERVICOS PARA PRODUTOS DA SAUDE LTDA como vencedora do item 27 do Pregão Eletrônico nº 90024/2024, oportunidade em que se chegou à seguinte conclusão:

RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA alega que, em sua proposta apresentada para o item 2, o modelo KD-RS5 atende integralmente às especificações do edital, em especial quanto à quantidade mínima de programas e memórias para edição e à transferência automatizada de dados. A inclusão do filtro de carbono ativado é opcional, conforme expresse no próprio edital, e pode ser fornecido conforme a necessidade do contratante.

Assim sendo, prezando pelo respeito ao princípio da estrita Vinculação ao Instrumento Convocatório e da isonomia, a Recorrente solicita que a Comissão de Licitações revise a decisão que a desclassificou.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

As contrarrações ao recurso apresentado serão demonstradas na análise.

DA ANÁLISE

A Administração Pública, ao materializar o processo licitatório, consubstancia a determinação constitucional no que tange à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, preconizadas no art. 37, caput. Regulamentando o procedimento, a lei 14133/2021 estabelece a estrita vinculação da Administração às normas e condições do instrumento convocatório, razão pela qual está adstrita à plena observância de suas disposições, não podendo olvidar do seu cumprimento.

Nesse ínterim, corrobora o doutrinador Marçal Justen Filho:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado puras e simplesmente ignorá-las ou alterá-

las [...]. (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420).

De início, cumpre ressaltar que o Recurso Administrativo foi interposto no prazo e forma legais, tal como previsto no art. 165, inciso b, da Lei n.º 14.133/2021, pelo que deve ser conhecido.

Da análise do presente recurso, infere-se que as alegações feitas pelas empresas CPM –COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA, não devem prosperar, podendo ser observado, a seguir, e de forma fundamentada, os fatos que levaram a esse entendimento.

O item 23 está descrito no Termo de Referência da seguinte forma: Equipamento: IMPRESSORA DE LÂMINAS. EQUIPAMENTO LABORATÓRIO, TIPO:IMPRESSORA, ADICIONAL: C/ LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS, COMPONENTES:TELA SENSÍVEL AO TOQUE, OUTROS COMPONENTES:CONEXÃO P/ COMPUTADOR, APLICAÇÃO: ETIQUETAS P/ LÂMINAS HISTOLÓGICAS. Detalhamento descritivo Equipamento: impressora de lâminas histológicas com impressão com tecnologia laser resistente a químicos (ao menos álcool, xilol e formol). Estrutura física (Hardware): Tela cristal líquido, LCD ou LED sensível ao toque Leitor de código de barra integrado ao equipamento ou periférico integrável ao equipamento por meio de conexão adequada. Um porta lâminas com ao menos 100 unidades. Capacidade de armazenamentos de lâminas impressas de ao menos 15 unidades. Ao menos uma saída USB. Sistema operacional (software): Sistema com possibilidade de uso isolado ou suporta conexão com computador e compatível com sistema de gestão em patologia. Identificação de caracteres alfanuméricos, códigos de barra 1D, 2D e Código QR. Resolução de impressão de ao menos 600 DPI ou superior. Velocidade de impressão de ao menos 12 lâminas / minuto. Acessórios: 1 Leitor de código de barra 1D e 2D se o mesmo não for integrado ao equipamento. 1 porta-lâminas com capacidade de ao menos 100 lâminas. Tensão: 110 ou bivolt. Registro na ANVISA e demais certificações inerentes a esse tipo de equipamento, exceto em caso de isenção. Manual de instruções em português. Garantia e treinamento: garantia de 2 anos para defeitos de fabricação. Treinamento da equipe técnica local e remoto. Manutenção: O serviço de manutenção deve ser treinado e certificado pela fábrica, com representação exclusiva estabelecida no Brasil.

Conforme análise técnica realizada pelo setor demandante, o equipamento LUPETEC LSP-S UV apresentado pela empresa CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA não atende o requisito de impressão e leitura de código de barra tipo 1D, atendendo somente 2D e QR-CODE. Logo, não cumpriu todas as características solicitadas no Termo de Referência e foi desclassificado.

Em relação ao recurso apresentado pela empresa DNEDX COMERCIO E SERVICOS PARA PRODUTOS DA SAUDE LTDA, no qual a empresa alega que a vencedora do item enviou apenas um catálogo do produto e ainda assim foi aceito, seguimos o entendimento da Lei 14.133/2021 e o princípio do formalismo moderado. A equipe técnica analisou os dados do produto ofertado, o que foi enviado nos anexos e também no site <https://www.citotest.com/Laser-Slide-Printer-pd767833098.html> a fim de confirmar se atendia a todas as características solicitadas. Ratificando esse entendimento, o art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021 admite expressamente a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame. Logo, caso quiséssemos abrir diligência para envio de manual em português ou outro documento que complementasse o que já fora enviado anteriormente, estaríamos totalmente amparados pela lei.

DECISÃO

Nos termos da fundamentação exarada, a Pregoeira entende serem NÃO PROCEDENTES os recursos interpostos pela empresa CPM – COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA e DNEDX COMERCIO E SERVICOS PARA PRODUTOS DA SAUDE LTDA.